



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal  
Gabinete  
Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal

ATA - SODF/CONSAB

**35ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ao sétimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às 14h30min, mediante videoconferência por meio Software do Zoom Meetings, realizou-se a 35ª Reunião Ordinária do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal – CONSAB/DF, com a presença da Presidência do Conselho: ALDO CÉSAR VIEIRA FERNANDES – SODF (Segundo Suplente); da Secretaria Executiva: JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO DO NASCIMENTO – SODF, NATÁLIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA – SODF e ARIELY MENDES ALVES – SODF; Dos membros do Conselho: AMIR PRUDENTE BITTAR – SEMA, ELISA MARIA LIMA MEIRELLES – SEMA, JULIANA SANTOS LUCAS – SEDUH, PEDRO MARCELO DE SOUSA FERREIRA – SEDUH, LEONARDO YAMADA ARANTES – SLU, SUZI AMANDA DE SOUZA – CAESB, FRANCISCO VALDENIR MACHADO ELIAS – FECOMERCIO/DF, ERNANI CIRÍACO DE MIRANDA – ABES/DF, CRISTINA BRANDÃO – UNB, RICARDO AUGUSTO RAMOS – UNDF, ANTONIO AISENGART MENEZES – UNDF, ANTONIO COSTA LIMA JUNIOR – AESBE/DF, AMIR MIGUEL DE SOUZA FILHO – SINDUSCON, DAVID JOSÉ DE MATOS – CENB, DANILO COSTA MACEDO – SEEC, FABIO DE ALENCAR MACHADO – SEEC, CHRISTINNE PEREIRA BRASIL SIQUEIRA – IBRAM, ELEN DANIA SILVA DOS SANTOS – ADASA, LUCAS NAVARRO PRADO – CASA INFRA. Como convidados participaram: WERNER BESSA VIEIRA – IPE/DF, LARISSA CARVALHO – IPE/DF, LEANDRO SALLES – IPE/DF, PAULO ROGÉRIO DOS SANTOS E SILVA – MINISTÉRIO DAS CIDADES, DÉBORA TOMAZ CANTUÁRIA CLEMENTE – SODF, LUCIANA DA SILVA – EMATER/DF, HENRIQUE CAMPOS AMARAL OLIVEIRA – SLU, LÍGIA MARIA NASCIMENTO DE ARAÚJO – ANA, JEFERSON COSTA – ADASA, SANDRA – CAESB. Justificaram a ausência de participação na reunião: ANNE CAROLINE LOBO BORGES – EMATER/DF, GLÓRIA LUSTOSA PIRES – SLU, JUAN GENARO POLIT – ASBRACO, JOÃO MARCOS PAES DE ALMEIDA – ABES/DF, NILSON MARTORELLI – CENB. A pauta da reunião contemplou os seguintes itens: 1. Aprovação da Ata da 34ª Reunião Ordinária do CONSAB/DF realizada em vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e quatro; 2. Apresentação a ser realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística (IPE/DF) sobre "A Calculadora Verde - Ferramenta de planejamento de ações governamentais com medição das emissões de gases do efeito estufa"; 3. Apresentação a ser realizada pelo Ministério das Cidades sobre "O Panorama do Saneamento no Brasil e a Participação do Distrito Federal na Coleta de Dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA)"; 4. Criação do Grupo de Trabalho para propor a alteração da natureza do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal; e 5. Informes. Aldo Fernandes, presidente suplente do Conselho, iniciou a reunião com a leitura dos itens previstos na pauta, disponibilizando Ata da 34ª Reunião Ordinária do CONSAB/DF para considerações e informou que a Secretaria Executiva recebeu pedidos de alterações pela Conselheira Juliana Santos Lucas - SEDUH para inclusão de ajuste na Ata, e questionou se mais algum membro possuía alguma consideração na Ata. A consideração solicitada foi incluída e inexistindo pedidos de alterações ou manifestações contrárias, a ata foi aprovada por unanimidade após votação sem voto nominal. Aldo Fernandes, presidente do Conselho, propôs alterar a ordem da pauta, indo direto ao item 4, uma deliberação, antes do item 2. Aldo Fernandes, presidente do Conselho, justificou essa inversão afirmando que desta forma proporcionaria aos apresentadores maior tranquilidade para realizarem suas apresentações, sem a pressão de um cronograma apertado. Em seguida indagou se havia objeções à inversão da pauta. Diante da ausência de manifestações contrárias, decidiu prosseguir com o item 4. Aldo Fernandes, presidente do Conselho, lembrou que, na reunião anterior, Ernani Miranda – ABES/DF e Cristina Brandão – UNB solicitaram a alteração da natureza do CONSAB, de consultivo para deliberativo. Aldo Fernandes, presidente do Conselho, explicou que foi realizada uma consulta interna à Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, que informou ser possível efetuar essa mudança por meio de Decreto. Contudo, existem

formalidades a serem cumpridas, já que esse tipo de proposição é regulamentada, e o processo inclui a elaboração de Exposição de Motivos e Minuta de Decreto a serem encaminhados ao governador. Assim, informou que o Grupo de Trabalho (GT) deverá se reunir para desenvolver essas minutas, exposições e propostas. Por fim, conforme deliberações e inexistindo manifestações contrárias, Ernani Miranda – ABES/DF e Cristina Brandão – UNB foram definidos para atuarem na Coordenação do referido GT. Aldo Fernandes, presidente do Conselho, prosseguiu com o item 2 previsto na pauta, convidando Werner Bessa – IPE/DF, Diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais; Larissa Carvalho – IPE/DF, Coordenadora da Coordenação de Estudos Territoriais; e Leandro Salles – IPE/DF, Coordenador Interino da Coordenação de Estudos Ambientais para apresentar sobre a "Calculadora Verde - Ferramenta de planejamento de ações governamentais com medição das emissões de gases de efeito estufa". Werner Bessa – IPE/DF iniciou sua apresentação destacando que a ferramenta oferece um método para estimar emissões de gases de efeito estufa (GEE), impactando setores como mobilidade, transporte, mudança de uso do solo, consumo energético e produção de resíduos. Afirmou que o uso da Calculadora Verde proporcionará um grande avanço na redução da poluição atmosférica. É uma ferramenta de prevenção e cuidado com a qualidade de vida em nossa cidade. Explicou que os estudos para a criação da Calculadora Verde começaram em 2023, conduzidos pela equipe do IPE/DF e por bolsistas graduados, mestres e doutores. As atividades foram concluídas em maio de 2024, resultando em quatro principais produtos: Síntese de evidências, Padrão de emissões das diferentes áreas do DF, Ferramenta de Cálculo: Calculadora Verde e suas Notas Metodológicas. Werner Bessa – IPE/DF destacou que a ferramenta baseia-se em metodologias aprovadas e utilizadas pela Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (IPCC), adaptadas para facilitar o uso e a entrada de informações. A utilização de dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) no desenvolvimento da ferramenta. Aldo Fernandes, presidente do Conselho, agradeceu a apresentação realizada pelo servidor do IPE/DF e iniciou os questionamentos indagando sobre a existência de um sistema nacional que previna a duplicidade no uso de áreas, assegurando que uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) não seja utilizada como compensação para emissões em outro estado e se existem informações precisas referente ao tema. Werner Bessa – IPE/DF explicou que atualmente o IPE/DF não possui informações sobre a questão levantada, mencionando que não está ciente de como a legislação abordará esse aspecto. Esclareceu que a Calculadora Verde auxiliará nos cálculos de emissões, mas reconheceu a preocupação existente e ressaltou que o tema ultrapassa o âmbito do IPE/DF. Frisou a importância do envolvimento de órgãos de fiscalização a nível federal para evitar a supracitada duplicidade. Werner Bessa – IPE/DF explicou que sua atuação se concentrou nos cálculos, os quais poderão, no futuro, ser incorporados em decretos que regulamentarão o uso da Calculadora Verde para diversas finalidades. Christinne Siqueira – IBRAM questionou sobre mensuração de desmatamento e a quantificação do impacto da implantação de células fotovoltaicas, pois embora seja um ponto positivo, algumas licenças concedidas pelo órgão resultam em desmatamento, devido a necessidade de supressões vegetais nas áreas de instalação das referidas células. Além disso, perguntou sobre a implantação viária e seu potencial para reduzir o tempo em que os carros ficam ligados, diminuindo assim as emissões de gases de efeito estufa, e a forma que ocorre a ponderação na calculadora. Werner Bessa – IPE/DF esclareceu que quando um projeto prevê a instalação de células fotovoltaicas em uma área que sofrerá supressão vegetal, esse impacto é considerado negativo na Calculadora Verde. Enfatizou que a instalação das células deve compensar o desmatamento, evitando contradições no projeto. A Calculadora Verde analisa se há equilíbrio no processo ou se há necessidade de compensação pelo desmatamento. Quanto à segunda questão, sobre a implantação viária, Werner Bessa – IPE/DF explicou o processo por meio de exemplo, o BRT tem um fluxo contínuo que evita engarrafamentos, resultando em menores emissões de gases de efeito estufa. Mencionou que a Calculadora Verde pode avaliar as emissões dos ônibus não integrados ao BRT e sugerir a possibilidade de usar combustíveis menos poluentes. Atualmente estão desenvolvendo uma tecnologia para integrar combustíveis menos poluentes, e a Calculadora Verde pode incorporar esses elementos para reduzir as emissões, mesmo em situações de trânsito. Jéssica Ribeiro – Secretaria Executiva parabenizando a equipe pelo desenvolvimento da ferramenta e destacou o potencial da Calculadora Verde sendo uma ferramenta valiosa para os processos de licenciamento ambiental, facilitando a obtenção de cálculos mais precisos relacionados às compensações florestais e ambientais previstas em cada projeto. Assim, o instrumento será amplamente utilizado, especialmente pelo IBRAM no DF, para compor as condicionantes das licenças ambientais. Werner Bessa – IPE/DF concordou com a avaliação e expressou seu desejo de que a Calculadora Verde seja utilizada dessa forma. Lucas Navarro – CASA INFRA questionou sobre a existência de

um padrão internacional para o valor de uma tonelada de carbono e a sofisticação do cálculo desse valor. Perguntou sobre o mercado de créditos de carbono no Brasil e se existem iniciativas no Distrito Federal para gerar receitas a partir desses créditos, ou se tudo ainda está em planejamento e concluiu parabenizando o projeto da Calculadora Verde. Werner Bessa – IPE/DF elogiou a relevância da pergunta de Lucas Navarro – CASA INFRA e explicou que há planos para estudar o mercado de carbono e buscar certificações para utilizar esses créditos em projetos no DF. A Calculadora Verde está alinhada com as diretrizes climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU) e há interesse da Secretaria de Economia do DF em formar um grupo de trabalho para viabilizar a inserção no mercado de carbono. Destacou a busca por parcerias, incluindo com a CAESB. Ernani Miranda – ABES/DF elogiou a apresentação e perguntou sobre a aplicação da Calculadora Verde em licenciamento ambiental e possíveis regulamentações. Werner Bessa – IPE/DF informou que a Secretaria de Economia planeja elaborar decreto para instituir o uso da Calculadora, destacando sua abrangência em quatro setores com potencial de expansão. Mencionou que outras calculadoras já estão em uso em estados como Rio Grande do Sul e São Paulo, mas a Calculadora Verde se destaca por sua amplitude. Aldo Fernandes, presidente do Conselho, agradeceu a apresentação e informou que a Secretaria de Obras e Infraestrutura está à disposição do IPE/DF. Werner Bessa – IPE/DF agradeceu o convite e as parabenizações, e incentivou o envio de sugestões para melhorar a Calculadora Verde. Em seguida, Aldo Fernandes, Presidente do Conselho, prosseguiu para o item 3 da pauta, convidado Ernani Ciríaco de Miranda - ABES/DF, Coordenador de Gestão da Informação do Ministério das Cidades para apresentar sobre "O Panorama do Saneamento no Brasil e a Participação do Distrito Federal na Coleta de Dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA)". Ernani Miranda – ABES/DF iniciou sua apresentação sobre o SINISA, atualmente gerenciado pelo Ministério das Cidades. O atual Sistema substituiu o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), utilizado anteriormente por mais de 25 anos, a atualização ocorreu nesse ano, 2024, a fim de incluir novos módulos para abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos e drenagem urbana, além de um novo módulo de Gestão Municipal. Ernani Miranda – ABES/DF destacou a participação dos órgãos do Distrito Federal, como a CAESB e a Novacap, no fornecimento de dados para o SINISA. O sistema coleta dados abrangentes em nível técnico, administrativo e financeiro, essenciais para calcular indicadores públicos e gratuitos na internet, fundamentais para políticas públicas e decisões de investimento. Ressaltou que a obrigatoriedade de fornecimento de dados ao SINISA foi reforçada pela Lei 14.026 de 2020, e que a regularidade na coleta de dados é necessária para o acesso a recursos federais. O sistema permite agregar dados municipais em níveis estaduais, regionais e nacionais, com planos para incluir áreas rurais. Ernani Miranda – ABES/DF apresentou os indicadores de acesso à rede de abastecimento de água, que subiu de 81,1% em 2010 para 84,9% em 2022 no Brasil. No âmbito do Distrito Federal, o índice caiu de 99,5% para 99%, entretanto ainda está acima da média nacional. Destacou o aumento no acesso à rede de esgoto no Brasil, de 46,2% em 2010 para 56% em 2022, com o Distrito Federal tendo um índice de 92%. Alertou sobre a precisão dos dados, já que muitos municípios carecem de coleta e tratamento de esgotos. Em termos de investimento, citou que o Brasil investiu R\$ 22,5 bilhões em 2022 em água e esgoto, com o Distrito Federal investindo R\$ 143,6 milhões. Sobre a coleta de resíduos sólidos, 90,4% dos domicílios brasileiros têm coleta disponível, subindo para 97,8% no DF. No entanto, a reciclagem permanece baixa, com apenas 90.000 toneladas recuperadas. Exemplificou a falta de uma metodologia consolidada para avaliar a drenagem como um desafio. Por fim, Ernani Miranda – ABES/DF agradeceu a atenção e reiterou a importância do uso do SINISA em âmbito nacional, informou que as possíveis dúvidas podem ser encaminhadas pelo site do Ministério das Cidades (<https://www.gov.br/cidades/pt-br>). Jéssica Ribeiro – Secretaria Executiva agradeceu a apresentação realizada e destacou a surpresa positiva com as novas funções do Sistema durante o preenchimento, devido ao novo Módulo de Gestão Municipal. Enfatizou o esforço conjunto de órgãos do Distrito Federal para preencher esses dados e expressou interesse em discutir melhorias no sistema no próximo ano. Sobre drenagem, Jéssica Ribeiro – Secretaria Executiva mencionou a colaboração com NOVACAP, TERRACAP e DER para reunir dados, visando facilitar discussões futuras e propor melhorias na inserção de informações no sistema. Ernani Miranda – ABES/DF agradeceu os pontos destacados e ressaltou a necessidade de criar sistemas locais de informação padronizados, pois a falta deles dificulta a cobertura de detalhes regionais, como em localidades específicas do Distrito Federal e frisou a importância da padronização para a gestão pública. Natália Teixeira – Secretaria Executiva corroborou a necessidade de padronização dos dados enviados pelos órgãos para facilitar a integração no Sistema e a obtenção de dados precisos. Ernani Miranda – ABES/DF explicou que atualmente o SINISA permite que diferentes órgãos insiram informações diretamente, sendo posteriormente validadas e consolidadas. Élen Dânia – ADASA elogiou a apresentação e destacou a importância do SINISA para o saneamento no Brasil. Apresentou os dados sobre a valorização de resíduos no Distrito Federal, ressaltando um índice de 15,89% em 2023, ainda aquém da meta de 26% e enfatizou a necessidade de continuar aprimorando a gestão de resíduos. Em seguida, Suzy Sousa –

CAESB destacou a relevância da pauta discutida e levantou preocupações sobre a confiabilidade dos dados oriundos de diferentes fontes. Explicou que a CAESB e a ADASA possuem seus próprios dados, entretanto faltam informações integradas sobre temas, como, por exemplo, fossas sépticas adequadas. Desta forma, sugeriu que o Conselho discuta maneiras de consolidar adequadamente os indicadores, garantindo que cada variável tenha uma responsabilidade e informações claras. Pois a definição e coleta inadequada de indicadores podem impactar negativamente o uso global dos dados, destacando a necessidade de uma estrutura bem definida e comunicação eficaz entre todas as partes. Ernani Miranda – ABES/DF apoiou as preocupações destacadas, concordando com a necessidade de dados consolidados de alta qualidade. Mencionou que o Ministério das Cidades está ampliando a participação das entidades reguladoras no SINISA, permitindo que validem os dados durante a coleta, considerando que a integração das funções de regulação no Distrito Federal referente à água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem permite essa facilidade. Lucas Navarro – CASA INFRA questionou sobre a centralização dos dados pelo SINISA e a possibilidade de auditorias independentes para assegurar a qualidade dos dados. Ernani Miranda – ABES/DF informou sobre as atividades do Projeto ACERTAR da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR), que surgiu como uma alternativa para melhorar a qualidade da informação sobre o saneamento básico no Brasil e realiza auditorias voluntárias para certificar a qualidade dos dados. Explicou que atualmente várias entidades certificam seus dados, mas a integração desses processos com o SINISA ainda está em desenvolvimento. Lígia Araújo – ANA sugeriu a realização de oficinas para esclarecer dúvidas sobre o preenchimento dos indicadores do SINISA, envolvendo diversas entidades do Governo Distrito Federal e do Governo Federal. Ernani Miranda – ABES/DF apoiou a ideia, propondo a realização dessa oficina no próximo ano, 2025, antes do início do ciclo de coleta de dados, para ajustar dificuldades e melhorar a interoperabilidade entre sistemas. A oficina ficou prevista para ocorrer em fevereiro de 2025. Sandra – CAESB destacou a necessidade de um cadastro unificado no DF a fim de evitar duplicidade de dados e melhorar a precisão dos indicadores de saneamento, apontou problemas de cobertura em áreas de risco e a necessidade de uma abordagem clara para esses casos. Foi sugerido que cada órgão realize reuniões internas com o objetivo de levantar questões e propostas antes da oficina geral. O conselho agendará uma reunião com o Ministério das Cidades para discutir essas contribuições. Em seguida, Natália Teixeira – Secretária Executiva prosseguiu para o item 5 da pauta, referente aos Informes. Natália Teixeira – Secretária Executiva informou sobre a publicação da Portaria de atualização dos membros do CONSAB, PORTARIA Nº 146, DE 03 DE OUTUBRO DE 2024 publicada no DODF nº 192, de 07 de outubro de 2024. Inexistindo novas manifestações Natália Teixeira – Secretária Executiva, agradeceu a participação de todos e encerrou a 35ª RO.

<b>ALDO CÉSAR VIEIRA FERNANDES</b> Presidência CONSAB/DF	
<b>NATALIA CRISTINA C. M. TEIXEIRA</b> Secretaria Executiva Relatora CONSAB/DF	<b>ARIELY MENDES ALVES</b> Secretaria Executiva Relatora CONSAB/DF



Documento assinado eletronicamente por **ALDO CÉSAR VIEIRA FERNANDES - Matr.0278497-1, Secretário(a)-Executivo(a) do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal**, em 08/01/2025, às 15:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ARIELY MENDES ALVES - Matr.0281807-8, Secretário(a)-Executivo(a) do Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal**, em 08/01/2025, às 15:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **156116054** código CRC= **35C877B9**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, Lote B, Bloco A15, EPIA (Dentro do complexo da NOVACAP) - Bairro Guará - CEP 7121500 - DF

Telefone(s): 3306-5072

Sítio - [so.df.gov.br](http://so.df.gov.br)

---

00110-00001461/2018-53

Doc. SEI/GDF 156116054